ATA **AGOSTO/2024** – REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER – PETRÓPOLIS/RJ

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, realizada no dia 08 de agosto de 2024, às 18h, no Auditório da Casa dos Conselhos Augusto Ângelo Zanatta, situado à Avenida Koeler, 260 - Centro, Petrópolis, RJ.

Aos oito dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e quatro, às dezoito horas, reuniu-se o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, convocado por meio do Diário Oficial nº 6965, de cinco de agosto de dois mil e vinte e quatro, no Auditório da Casa dos Conselhos Augusto Ângelo Zanatta, Centro de Petrópolis. Com a presença das senhoras conselheiras: ALESSANDRA HALLS LINO DA SILVA, ANDREA VIEIRA AREAS, ÂNGELA MARIA ARAÚJO DE ALCÂNTARA, CLAUDIA RIBEIRO, DANIELA JORGE DE SOUZA, DIANA ILIESCU, GLAUCIA DE FÁTIMA BARBAN MORELLI, LUANA MELLO, MARIA DE LOURDES THOMAZ DE SOUZA, MARIANA PACHECO CORDEIRO, MÔNICA MARIA MACHADO CHAVES, RAQUEL DA SILVA BEATRIZ, ROSANE KARL RAMOS, SHIRLEI SOUZA RAMOS, SILVIA FERNANDA PEREIRA, SIMONE IZIDIO CESÁRIO GARRIDO, SONIA CRISTINA DA SILVA FURTADO, SUELEN ABREU AGASSIS RIBEIRO, THAIS JUSTEN GOMES. A reunião teve como pauta publicada: 1) Aprovação das Atas anteriores; 2) Informações sobre o Fórum dos Conselhos Municipais de Mulheres do Estado do Rio de Janeiro; 3) Atividades para o Agosto Lilás Secretaria da Mulher e COMDIM; 4) Apresentação da Secretaria de Mulheres sobre a rede de enfrentamento à violência doméstica no município; 5) Assuntos Gerais. A Conselheira Verônica Francisco Marcolino, justificou a sua ausência, por e-mail, pois está de férias em outro município e justificou que sua suplente, Janaína Pereira De Medeiros, não conseguiu chegar a tempo, por motivos familiares. A Conselheira Viviane Ester Moreira De Barros, justificou a sua ausência, por e-mail, pois estava na organização de um evento na FASE, agendada anteriormente. As entidades, SEPE E UNE não justificaram

ausência. A Presidente Ângela Alcântara deu início à reunião às dezoito horas e trinta minutos, após cumprimentar e agradecer a presença de todos. A Presidente Ângela disse que neste período eleitoral, as reuniões precisam mais objetivas, independentemente de partido, existe muito trabalho a ser feito, e estipulou um teto de duração para esta reunião, de no máximo duas horas de duração. Como primeiro ponto de pauta, A Presidente Ângela Alcântara explicou que até a data desta reunião, o Conselho não possuía um computador para que as atas pudessem ser digitadas, ficando para aprovação na reunião de setembro, as atas de junho, julho e esta que está sendo relatada neste momento. No item 2 da pauta, a Presidente Ângela Alcântara disse que todas as Conselheiras do COMDIM foram convidadas a participar do Fórum aconteceu no Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Rio de Janeiro - CEDIM-RJ, porém por sua data de realização ter acontecido durante a semana, muitas não puderam participar por causa das suas rotinas diárias com trabalho e família. Estiveram presente no Fórum representando o COMDIM, a Presidente Ângela Alcântara, as Conselheiras, Simone Izidio, Maria de Lourdes e a representante da Secretaria da Mulher, Maria Carolina Alcântara. Ângela disse que foi um encontro muito proveitoso e que recebeu uma cartilha sobre o funcionamento dos conselhos e está vendo a possibilidade de reproduzir o documento a todas as conselheiras do COMDIM, porém a presidente disse que é necessário que todas se capacitem primeiro, fazendo a leitura do Regimento Interno e da Lei de Criação, onde conhecerão os direitos e deveres de ser uma Conselheira. Ângela disse que dos 92 municípios do Estado do Rio de Janeiro, Petrópolis é o único que contém todas as ações em relação a mulher, e precisa ser divulgado, onde o primeiro a ser criado foi o Conselho da Mulher e a partir dele, todas as outras ações foram criadas, tais como, a Secretaria da Mulher, a Casa da Gestante, entre outras ações que ocorrem a partir das parcerias com o governo municipal. A Presidente Ângela Alcântara concluiu a sua fala dizendo que as mulheres deste conselho precisam ser mais ativas, trazendo as demandas para dentro do Conselho. O item 3 da pauta, a Vice-Presidente do Conselho e também Secretária de Políticas e Direitos para as mulheres, Thaís Justen, disse que neste ano, no mês de agosto, é comemorado o décimo oitavo aniversário da Lei Maria da Penha e por isso é realizado a Campanha do Agosto Lilás instituída nacionalmente, para lembrar à população, que neste mês a atenção precisa ser voltada ao combate contra a violência doméstica. Diante disso, a Vice-Presidente apresentou a agenda com a programação para ciência e participação das conselheiras. A

abertura aconteceu na sede da Secretaria da Mulher, no dia 07 de agosto, onde diversas Conselheiras estiveram presentes, inclusive a Presidente Ângela falou sobre a importância do COMDIM, entre outras mulheres que são referências e atuantes nas áreas abordadas e que seja mais um dos eventos que se deseja realizar na sede da Secretaria. Thaís explicou que a abertura aconteceu no dia 07, porque este é o dia de aniversário da lei; uma lei que prova que é possível conquistar os direitos com disciplina e organização, pois foi construída por mulheres de movimentos e as mulheres de hoje, precisam se manter unidas e fortalecidas para que esses direitos garantidos continuem a se manter de pé, disse Thaís. A Presidente Ângela Alcântara disse que foi um evento maravilhoso, com mesas de debates importantíssimas e que aprendeu muito com todas, mesmo tendo tantos anos de atuação na luta pela causa. Das atividades previstas, Thais destacou as seguintes: Toda segunda-feira pela manhã, das 10h às 12h, ocorrem oficinas artísticas, gratuitas no Centro de Referência em Atendimento à Mulher – CRAM; toda sexta-feira, o CRAM oferece atendimento no Ônibus Lilás, em diversos pontos do município agendados previamente; no dia 13 de agosto, às 9 horas, acontecerá uma palestra na Casa dos Conselhos, como tema “Agosto Lilás, a Rede de Enfrentamento Contra a Violência Contra as Mulheres”; também no dia 13, às 19 horas, em parceria com a UCP, a Secretaria das Mulheres estará participando da Semana Jurídica da UCP, onde Thaís estará ministrando uma palestra, sobre o enfrentamento contra a violência contra a mulher, pesquisa e políticas públicas, juntamente com a delegada e a defensora pública; no dia 22, terá um evento para as usuárias do CRAM, um evento chamado “Reescrevendo Essências”; no dia 29, terá um evento do CRAM, em parceria com o ambulatório escola e o IST, na Praça de Cascatinha, de 10 às 14 horas; e no dia 31 terá o encerramento da programação do Agosto Lilás, no Palácio de Cristal, com rodas temáticas, palestras e um show com uma cantora gospel, como o tema “Mulheres com um Propósito, Tecendo a Rede de Acolhimento”. O item 4 da pauta, A Secretária da Mulher e Vice-Presidente, Thais Justen, disse que este ponto de pauta seria apresentado em Slides, mas não foi possível, pois a Casa dos Conselhos não dispõe de DataShow no momento, justificando que a apresentação levaria um tempo maior. Thais convidou a todas para estarem no dia 13 de agosto, na palestra que aconteceria na Casa dos Conselhos, às 9 horas, onde o tempo de apresentação e conversa para discutir o tema sobre a rede de enfrentamento à violência doméstica, será maior. Thais disse que este ponto de pauta é uma conversa resumida da apresentação do dia

13 de agosto, abordando os assuntos sobre tipos de violência, funcionamento da Lei Maria da Penha, violência de gênero, ciclos da violência e a rede de enfrentamento, pois as conselheiras são demandadas por serem referencias nos espaços que atuam e neste sentido, para que haja uma informação e direcionamento correto, é necessário a capacitação das conselheiras. Thais disse que uma das grandes conquistas da Lei Maria da Penha, foi definir quais são os tipos de violência, pois antes da lei Maria da Penha existir, as mulheres eram muito mais maltratadas e sem ter a noção de informação e a proteção que tinham direito. E hoje, sabe-se através desta lei, que a violência contra a mulher vai muito além da violência física e isso se deu, a partir de um grupo de mulheres, de vários movimentos e de várias partes do Brasil, se organizaram e foram diferenciando os tipos de violência, para que tivesse uma lei prescrita para dizer o que é cada tipo de violência e que as mulheres merecem a proteção do estado e ter acesso a um atendimento especializado sobre todos os tipos de violência. A Vice-Presidente Thais Justen falou em alguns detalhes, sobre cada tipo de violência. O primeiro tipo de violência que a Lei Maria da Penha prevê, é a violência física, propriamente dita, um empurrão é um tipo de violência física e muitas mulheres não tem dimensão da violência física de fato. A violência física é qualquer tentativa de disciplinar a mulher através de um castigo físico, seja ele um beliscão por baixo da mesa, ou aperta os dedos da mulher, para interromper sua fala, mesmo que não deixe marcas, é um tipo de violência física; puxadas e empurrões em meio uma discussão, também são tipos de violência física. O segundo tipo de violência que Thais citou, foi a violência patrimonial, um tipo de violência pouco conhecido, mas muito comum nos relacionamentos, citando alguns exemplos e explicando que esse tipo de violência se refere a objetos e bens que a mulher possui e que o agressor danifique de alguma forma, com o objetivo de te atingir, seja uma televisão, uma carro, principalmente o aparelho celular; também é violência patrimonial, quebrar os objetos de trabalho da mulher ou impedir que ela trabalhe, pois isto afetará a independência financeira da mulher, forçando-a a ser totalmente dependente dele; Thais disse que impedir uma mulher de usar suas roupas, jogar fora, rasga-las, também são formas de violência patrimonial. Outro tipo de violência contra a mulher, é a violência Moral, que consiste em qualquer ato de difamação ou injúria, onde o agressor ofende a mulher com palavras ofensivas, de baixo escalão, que denigrem a imagem desta mulher, seja em local privado, público ou até mesmo em redes sociais e grupos de whatsapp; Publicar imagens da mulher na internet, sem o consentimento e

principalmente imagens íntimas. A Diretora do Eixo de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, Suelen Ribeiro falou sobre a violência psicológica, que está contida em todos os outros tipos de violência, causando traumas que atravessam as nossas vivências, causando sentimentos que as pessoas desconhecem de si, muita das vezes desde a infância. São tipos de violência psicológica, humilhar; manipular; constranger; dizer que a mulher é louca; fazer com que a mulher acredite que o fato ocorrido não seja verdade; perseguir após o término do relacionamento; isolar a mulher para que ela não tenha outros relacionamentos, ou impedir que ela frequente a casa de familiares ou saia com amigos e amigas; esta violência psicológica a impede de construir laços e esta rede que muitas das vezes que vai auxiliar esta mulher a sair da situação de violência. O isolamento é um dos primeiros sinais perceptível quando uma mulher está num relacionamento abusivo. Suelen também falou sobre a violência sexual, onde citou que através de uma cultura popular maldita, como por exemplo, chantagear a mulher para fazer sexo, dizendo que se ela não fizer, fará com outra mulher na rua; é violência sexual, obrigar ou impedir que a mulher a tomar anticoncepcional; é violência sexual, retirar o preservativo se o consentimento da mulher; Induzir ou obrigar a mulher a se prostituir; Suelen disse que também é violência sexual, uma frase bem comum, onde dizem que os homens tem as suas necessidades e a mulher precisa fazer sexo com ele, mesmo sem vontade, para não perder o marido, com isso, se naturaliza de forma totalmente errada, que as mulheres são obrigadas a fazer sexo com seus maridos, mesmo sem vontade, chegando a ser falado muitas vezes, que praticar o sexo é obrigação de esposa; Suelen disse que quando se pensa em todos esses tipos de violência, tem um discurso muito comum na sociedade que diz, que “a mulher apanha porque ela gosta”, ou que “a mulher não sai da relação tóxica porque ela não quer”, ou até mesmo, usam o termo “ela é mulher de malandro”. O ciclo da violência é entender o porquê que as mulheres permanecerem nesse tipo de relação violenta; No início é uma relação de afeto, com elogios, passeios, presentes, apresenta para a família, todo aquele cuidado e afeto que se constrói o início de uma relação, mas quando se trata de uma relação violenta, ela acontece em fases. A primeira fase é a conquista, onde a mulher se apaixona por essa pessoa que lhe dá carinho e afeto, porém se antes do relacionamento, ela saia do trabalho conversando com as amigas, se divertia e depois ia para casa; agora com este relacionamento, essa pessoa vai busca-la no trabalho todos os dias, mas a mulher não consegue enxergar que seja algo ruim. Ainda seguindo esta exemplificação, Suelen disse

que o dia que esta pessoa não busca a mulher no seu trabalho, a mulher fica imaginando que se não for direto para casa, receberá várias ligações e mensagens querendo saber onde ela está e insinuando várias coisas, ou então, ela pensa eu quando chegar em casa, terá uma briga grande; e pensando desta forma, a mulher decide ir direto para casa. Suelen concluiu esta primeira fase, dizendo que é a partir destes momentos que a mulher começa a mudar o seu comportamento, pois acredita que mudando este comportamento, fará com que a outra pessoa não fique violento. Continuando, Suelen disse que na segunda fase, é a fase da explosão violenta e durante esse processo, da primeira para a segunda fase, a mulher se desdobra para que não aconteça uma violência, o que já não é evitado na segunda fase, onde tem as agressões físicas, sexuais e demais tipos de violência. A terceira fase do ciclo de violência, é chamada de Lua de Mel, onde as principais frases são, “me desculpe, eu perdi a cabeça”, “eu te amo e não queria ter feito isso”, compra vários presentes, leva para jantar, agrada as crianças com presentes; E o que ocorre nesta fase, a mulher até pensa em sair deste ciclo de violência depois do que passou na fase da explosão, porém é neste momento em que o homem a trata com carinho e atenção, e ela acredita no que o homem está falando, pois começa a se lembrar do início da relação, e decide continuar na relação achando que foi só um momento de estresse dele, que as coisas vão voltar a ser boas e decide tentar mais um pouco a relação. Suelen disse que esta terceira fase, a Lua de Mel, a cada vez que ocorre, vai durando cada vez menos tempo o seu efeito e com intervalos cada vez mais raros e o final deste ciclo é a morte, mas Suelen disse que falar da morte da mulher, não está relacionado propriamente dita à morte física da mulher, tem também a morte silenciosa, que ocorre onde a mulher não sabe mais quem ela é, devido a todo o ciclo de violência. O discurso de que a mulher não sai do ciclo de violência porque ela não quer, não se sustenta na realidade, pois para que ela saia desta relação, tem muitas coisas que a impedem e principalmente o lugar da lua de mel, que faz com que a mulher acredite contidamente acreditando na mudança. A Vice-Presidente Thais Justen disse que é muito forte ouvir a Suelen falando e exemplificando os tipos e o ciclo da violência, porque ele ajuda muito a entender porque a mulher permanece na situação de violência. Thais falou sobre os dispositivos da rede, destacando que tudo que foi dito sobre os tipos de violência, estão previstos na Lei Maria da Penha, mas nem todas elas a rede consegue responsabilizar criminalmente os agressores, mas elas servem para identificar, serve para que a mulher tenha um atendimento no CRAM, para que o

equipamento trabalhe com ela, as formas dela sair dessa relação violenta. Thais disse que em uma outra oportunidade, pode trazer para a plenária, a discussão sobre a questão da medida protetiva, do judiciário, mas deu continuidade à sua fala sobre os dispositivos da rede e até para ajudar o que se pode melhorar enquanto município. O primeiro dispositivo citado foi o Centro de Referência em atendimento à Mulher – CRAM, que é um espaço onde a mulher pode buscar atendimento, mesmo que não tenha um boletim de ocorrência, mesmo que a mulher não queira se separar, ela tem o direito de buscar orientação de como sair do ciclo de violência, tem o direito de receber atendimento psicológico, jurídico e social, lembrando que o CRAM não é uma defensoria e nem uma delegacia. O segundo dispositivo apresentado por Thais Justen foi a Sala Lilás, localizado no Alcides Carneiro, conta com uma equipe composta por, psicóloga, enfermeira, assistente social e medica, sua finalidade é estar realizando exames de corpo e delito, trazendo à memória dos presentes, de como era a imagem do local onde fazia-se o exame de corpo e delito antigamente, um lugar sombrio e estrando semelhante a um necrotério e que a Sala Lilás veio para romper com essa ideia, recebendo a pessoa que sofreu uma violência, com um atendimento mais humanizado, mais acolhedor, mais especializado e funciona 24 horas por dia, somente recebe atendimento na Sala Lilás, quem registrar o Boletim de Ocorrência na delegacia. O Terceiro dispositivo apresentado por Thais, foi a Patrulha Maria da Penha da Guarda Civil Municipal, que funciona 24 horas na sede da Secretaria da Mulher, que vai estar orientando a mulher a sair da situação de violência, mas importante pontuar que o trabalho da policia, é um trabalho do estado, então a Guarda Municipal não pode ser armada, a patrulha foi criada, pois o município entendeu após ouvir a reclamação de várias mulheres quando ligam para o 190 e não são bem atendidas, por isso foi criado este tipo de atendimento para ser um suporte, mas o principal apoio para quando a mulher sofre a violência, ainda é a Polícia Militar. A Vice-Presidente Thais Justen, explicou que a Polícia Militar tem o Programa da Patrulha Maria da Penha que é muito bom, segundo as usuárias do CRAM relatam, porém ela não funciona 24 horas e ela não funciona para resolver uma violência que está acontecendo no momento que é acionada; ela funciona para acompanhar as mulheres que estão sob medida protetiva deferida. Em casos de violência, a mulher deve ligar para o 190 da Polícia Militar, ou para o número da Patrulha Maria da Penha da Guarda Municipal, porém, quando a ligação é feita para a Patrulha da Guarda e se tratar de um caso mais delicado, a própria guarda aciona a policia Militar para ir até o

local. Além desses dispositivos, Thais disse que a rede de atendimento possui o Juizado de Violência Doméstica, porém no município ainda não possui o Juizado específico; Thais disse que, o juizado que possuímos é adjunto ao Juizado Criminal, não sendo somente um juiz para atendimento em casos de violência doméstica, que é uma luta constante deste conselho há muito tempo, pois com um juiz específico para estar discutindo a violência doméstica, será mais fácil ter a defensoria específica da mulher, e com isso terá defensores atuando nos processos; embora o CRAM tenha advogadas, não é competência do município atuar nos processos. Thais solicitou que no Eixo de Enfrentamento à Violência, possa ser criado um abaixo assinado para ter um juizado especifico sobre violência contra a mulher. Mas contudo, no Juizado que atua neste momento, existe a Sala Violeta, que é um projeto do rio de Janeiro para que a medida protetiva seja deferida, de forma mais rápida para as mulheres; é um projeto que faz um grupo de reflexão para os homens e que é um projeto que é uma referência no tribunal para a mulher que sofreu violência poder informar. Embora o projeto da Sala Violeta seja do tribunal, esse projeto é custeado pelo município, e com a secretaria da mulher, tem-se iniciado esforços para poder fortalecer esse diálogo com a Sala Violeta para que ela tenha um serviço cada vez melhor. O trabalho que é realizado através da Sala Violeta é promover um grupo de conexão para os homens agressores, levando a informação para estes homens, sobre o que é a violência contra a mulher. Dando continuidade à sua fala, Thais disse que sempre que a Secretaria tem a oportunidade de apresentar seu trabalho, é citado os espaços que o município tem para a mulher, como o COMDIM, que é um lugar para discutir e propor as políticas públicas, mas é muito importante o entendimento que a proposição de uma política precisa vir fundamentada dentro da realidade do município, e por isso, de acordo com Thais Justen, todas as Conselheiras do COMDIM precisam conhecer os espaços para propor por exemplo, que a Sala Violeta tenha um espaço e uma equipe maior; para propor que o CRAM tenha uma atuação maior, é necessário conhecer o equipamento; é muito importante que façam visitas aos equipamentos para conhece-los e assim propor outras melhorias benéficas para as mulheres, propondo enquanto conselho formas de conseguir verbas fora do município, através do Ministério de Mulheres, e que isso pode ser viabilizado através do COMDIM e da Secretaria de Mulheres, desde que haja interesse em participar da elaboração desses projetos. A Vice-Presidente Thais Justen disse que a rede municipal possui outras pautas para as mulheres, como os equipamentos de

saúde. Sobre os abrigamentos, Thais disse que o abrigo é estadual, sigiloso e em outro municipal, por ser de alta complexidade e sua extrema necessidade de sigilo, para casos extremos onde o agressor consegue chegar onde quer que a mulher esteja. No abrigo sigiloso, a mulher fica totalmente incomunicável, sem acesso ao celular, uso de redes sociais e internet, para evitar que seja um caso tão sério e que coloque a vida da mulher, de outras abrigadas e também da equipe em risco, como por exemplo, onde o agressor é envolvido com o tráfico ou miliciano. Thais disse que o CRAM não tem qualquer tipo de poder no abrigo sigiloso, pois o abrigo é de competência estadual e com muitas exigências de regras, tais como: a mulher abrigada não pode estar em situação de rua, não pode ser usuária dependente de álcool e drogas, não pode estar em surto psiquiátrico, pois o abrigamento não possui estrutura para tal recebimentos. A Vice-Presidente Thais Justen, falou também da parceria com o Programa Acolhe, da rede AVON e ACOR, que é um programa de acolhimento temporário em um hotel, o CRAM encaminha, como é feito no abrigamento estadual, e se a mulher preencher os requisitos de exigência do Programa, ela pode ficar no hotel, recebendo o suporte da equipe do Acolhe e do CRAM por alguns dias, até que consiga encontrar outra solução. Sobre a delegacia da mulher, Thais novamente explicou que se trata de uma atribuição estadual e não do município, já sendo aprovada, mas que ainda não foi executada pelo governo do estado. A Mariana Bandeira disse que é advogada por formação, está como Coordenadora do CRAM, apresentou parte de sua equipe que estava presente na reunião, disse que o CRAM é composto por uma equipe técnica com assistente social, advogada e psicólogas, oferecendo atendimento, acolhimento à mulheres vítimas de violência doméstica, acima de 18 anos, o horário de atendimento é de segunda a sexta, de 9 às 17 horas, durante todo o mês de agosto, em virtude do Agosto Lilás, o CRAM estará realizando algumas atividades, com oficinas de arte terapia, eventos com a participação do Ônibus Lilás e rodas de conversa. A Conselheira Claudia Ribeiro parabenizou o trabalho de todas que atuam na Secretaria da Mulher e CRAM e perguntou como é realizado o abrigamento da mulher, quando a mesma possui filhos menores. Em resposta, a Vice-Presidente Thais Justen disse que o abrigamento sigiloso recebe mulheres com filhos menores até 14 anos, a não ser que esses filhos não se encaixem nas regras de abrigamento, ressaltando que cada caso é analisado cuidadosamente pela equipe do abrigo. O Programa Acolhe recebe filhos até a maioridade, porém por ser um quarto de hotel, tem uma limitação de espaço, o que dependendo da

quantidade de filhos que a mulher tiver, pode inviabilizar esse acolhimento. Nessas duas situações, Thais disse que geralmente existe um diálogo com esta mulher, para saber não existe uma rede de apoio familiar que possa estar cuidando das crianças neste período. A Presidente Ângela Alcântara perguntou se o Conselho Tutelar possui alguma parceria com o CRAM em relação as crianças de uma família, que estão sendo abusadas ou violentadas fisicamente, e que serão retiradas de casa. Em resposta, a Vice-Presidente Thaís Justen disse que nos casos onde a violência é somente contra a criança, o CRAM não tem uma gerência sobre o caso, na verdade, não há uma norma pelo qual o CRAM precisa ser notificado. Porém em casos, onde a criança sofreu uma violência cometida pelo pai, avô ou qualquer outro parente, é uma forma de violência contra a mulher também, principalmente quando a sociedade bello a mulher por conveniência ou omissão, ou a mulher se sente amedrontada por estar sendo ameaçada por quem comete a violência contra a criança ou adolescente. Esta mulher tem o direito de buscar atendimento no CRAM. A Presidente Ângela Alcântara disse que sua pergunta foi no sentido da mulher estar sofrendo violência, e aquela criança está absorvendo e presenciando o que a mulher está passando. Se neste caso, o Conselho Tutelar acolhe esta família em parceria com o CRAM. A Vice-Presidente Thais Justen disse que infelizmente o judiciário não vê desta forma, e por isso não acontecer, muita das vezes, a mulher que é mãe e sofreu a violência, tem a guarda compartilhada com o possível agressor, por decisão do judiciário, ou até que a criança continue com o pai, caso a mãe saia de casa. Thais disse que é necessário discutir estes assuntos, se mobilizando enquanto mulheres, para mudar esta realidade. Hoje em dia, um dos grandes pontos que é um debate nacional, é a alteração da lei de Alienação Parental e pode ser pauta do Conselho para ser estudada e discutida. A Presidente Ângela Alcântara disse que poderia ser feita uma reunião extraordinária para este tipo de debate, pois todas aprendem muito com estas informações, até mesmo para que todas tenham conhecimento na hora de ajudar outra mulher. Claudia Bello perguntou como fica a questão financeira da mulher, se ele recebe alguma ajuda de custo ou benefício quando busca ajuda nesses abrigos, pois é do conhecimento de muitas pessoas que, a mulher que está em situação de violência, continua neste ciclo por depender totalmente e principalmente financeiramente deste agressor. Em resposta, a Vice-Presidente Thais Justen disse que não existe um benefício financeiro para a mulher que sofre violência, mas existem outros benefícios, onde é feito uma análise para

saber se a mulher tem direito, como o BPC ou Bolsa Família, ou outro benefício. Durante este processo, é comum descobrir que o benefício que a mulher teria direito, foi realizado em nome do agressor, em decorrência a tamanha violência sofrida por esta mulher. Thais disse que nunca se pode duvidar da palavra da mulher que sofreu violência e quando se pensa em ofertar algum benefício para a mulher, precisa ser algo minucioso para evitar que pessoas maldosas falem coisas do tipo, “agora é fácil ganhar benefício, é só dizer que apanhou”, esta analise precisa ser feita com muito cuidado para evitar que alguma injustiça aconteça. Claudia Bello perguntou qual o tempo limite para a mulher ficar no abrigamento ou no hotel. Em resposta, a vice-presidente Thais Justen disse que no Programa Acolhe, a mulher fica hospedada no hotel por 10 dias, podendo ser prorrogado por mais 5 dias; já no abrigamento sigiloso, o prazo é de 3 meses, podendo também ser prorrogado o prazo. Neiva do Conselho de Cultura, representante do segmento de dança disse que seria muito importante que outros conselhos fizessem parte do COMDIM, para levar as informações destas reuniões para outras mulheres. A Presidente Ângela Alcântara disse que as reuniões são livres e abertas à população e para se tornar conselheira, precisa-se primeiramente saber a causa que está lutando, defender a causa e se inscrever para a Conferência municipal. Neiva perguntou se o COMDIM possui representante no Conselho de Cultura. A Presidente Ângela Alcântara disse que o COMDIM somente possui representantes no COMCIDADE e no COMPIR. Neiva disse que passará a participar das reuniões do COMDIM, para poder expandir o que é discutido nas reuniões, afirmando que a partir deste mês de agosto, serão abertos vários editais na cultura e vários deles são específicos para mulheres. A Conselheira Andrea Vieira disse que no COMPIR, haviam cadeiras de representantes que não frequentavam as reuniões e isso foi alterado em plenária, para que outros representantes pudessem estar substituindo estes faltosos, sugerindo que isso pudesse acontecer dentro do COMDIM. A Conselheira Daniela Jorge disse que uma moradora do bairro Meio da Serra, de 17 anos, pegou um ônibus voltando da faculdade para casa e foi abordada por um homem, aparentemente embriagado, que se sentou ao seu lado e a assediou; o homem disse que era para ela desembarcar no mesmo local que ele. Daniela disse que a jovem ficou sem reação, quando uma senhora que estava dentro do ônibus, percebeu o movimento estranho, chamando a adolescente para sentar perto dela, inventando uma desculpa como se a conhecesse, com isso, o homem desembarcou do ônibus imediatamente. Diante ao caso relatado por Daniela

Jorge, a mesma perguntou à Presidente do Conselho e também à Secretária da Mulher, o que pode ser feito para conscientizar as meninas, que casos como este precisam ser denunciados, já solicitando a Presidente Ângela para entrar em contato com os 3 Conselhos Tutelares do município para pedir que sempre tenha um representante de cada Conselho Tutelar na reunião do COMDIM. A Conselheira Simone Izidio disse que é por situações como esta, que ela apoia o retorno dos funcionários cobradores nos ônibus, pois eles conseguiam ter esta percepção dentro dos coletivos que os motoristas não conseguem perceber. A Vice-Presidente Thais Justen disse que estes casos apresentados, relatam ocorridos com menores de idade, e isto é de responsabilidade do Conselho Tutelar e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do adolescente – CMDCA, mas achou interessante a proposta de convidar conselheiros tutelares a participar das reuniões do COMDIM e sugeriu que o COMDIM faça uma indicação ao Conselho Tutelar, para que todos os conselheiros tenham formação de letramento de gênero, para que consigam lidar adequadamente com essas situações, fazendo com essas crianças e adolescentes, se sintam acolhidas por quem estará colhendo a informação. Thais disse que o CRAM não tem gerência nesses casos, pois o equipamento trabalha com a autonomia das mulheres que sofrem violência e menores de 18 anos não possuem autonomia perante a lei, isto é, qualquer pessoa que tem conhecimento sobre um caso de violência contra menores, tem a obrigação de denunciar à polícia, principalmente os equipamentos públicos, para não correr o risco de responder judicialmente. Thais sugeriu diante aos casos de violência contra adolescentes, que o Conselho da Mulher, poderia enviar um ofício ao Conselho Tutelar, solicitando que eles compareçam às reuniões do COMDIM e solicitando também, um evento comum, onde a Secretaria da Mulher poderá fazer uma formação sobre letramento de gênero, podendo pensar em algumas ações conjuntas, entre o COMDIM, a Secretaria da Mulher, os Conselhos Tutelares e a Secretaria de Educação, para o público alvo adolescente. Thais ressaltou que os conselheiros tutelares precisam estar juntos nessas ações, com COMDIM, o CRAM e a Secretaria da Mulher, uma vez que estes outros não estão preparados tecnicamente para fazer uma escuta, caso ocorra. A Presidente Ângela Alcântara disse que o Conselho precisa ir ate as escolas municipais, conversar com os alunos, propondo uma parceria com a educação e com os três Conselhos Tutelares existentes no município, orientando à todos o que é violência contra a mulher, destacando que não é só a menina que deve participar das reuniões, os meninos também precisam participar,

para não se tornarem futuros agressores. A Presidente Ângela Alcântara solicitou que a secretária Thais Justen, articulasse com a Secretária de Educação para viabilizar a realização deste projeto. A Conselheira Luana Mello disse que enquanto representante da Secretaria de Saúde, estará disponibilizando ajuda das equipes de saúde da família para trabalhar juntamente com a Secretaria da Mulher e o Conselho da Mulher. Lilian Hampshire disse que trabalhou na secretaria de educação e na secretaria de assistência social, já foi usuária do CRAM por ter sido vítima de violência, e diante ao relato, Lilian disse que as mulheres não precisam ter vergonha das suas histórias, que mesmo sendo dolorido lembrar de tudo o que viveu, toda vez que fala no assunto, a sensação que tem é que a dor diminui com o tempo e falou das ferramentas que existem hoje, que podem fazer com a vida não seja banalizada, pois a saúde mental da mulher, através da Secretaria da Mulher e do Conselho, dão a oportunidade das mulheres falarem umas com as outras, que não é normal que ela seja impedida de expor a sua opinião, que não é normal apanhar, ser segurada e tantas outras coisas, que deixam marcas para o resto da vida, concluiu. Joseane Alves, representante da empresa de tecnologia “Start Prima”, que possui um aplicativo para proteger as mulheres que sofrem com violência doméstica. É um aplicativo mais amplo que o botão do pânico e sugeriu um agendamento com uma equipe técnica, para estar explicando como funciona o aplicativo, ressaltando que as mulheres de Petrópolis não possuem este aplicativo. A presidente Ângela Alcântara disse que tudo que ajuda no combate à violência é extremamente importante e válida para a população de mulheres, não somente de Petrópolis, mas todo o mundo, pois a tecnologia avançou muito e é uma ferramenta positiva e aguarda o dia da apresentação deste aplicativo para que o conselho encaminhe para a prefeitura. A Conselheira Viviane Marques disse que seria interessante realizar um curso de letramento de gênero na CPTRANS para que eles tivessem a responsabilidade de realizar com os funcionários das empresas de ônibus, junto com a secretaria da Mulher e o COMDIM, para que saibam como cuidar e proteger a mulher. Maria Carolina Alcântara disse que a Conselheira Simone Izidio também sugeriu que os ônibus coletivos tenham câmeras de monitoramento próximo aos últimos bancos, para tentar evitar que esses tipos de abordagens ocorram. A Coordenadora do CRAM, Mariana Bandeira, disse que a Thais Justen, realizou uma capacitação para a equipe da CPTRANS e para as empresas de ônibus, em 2023, enquanto Coordenadora do CRAM, Thais solicitou que as conselheiras participem do Grupo de Trabalho sobre o Eixo de

Enfrentamento à Violência, e isto foi proposto no grupo, porem não houveram adesões, neste grupo poderão ser discutidos projetos de leis, sendo de grande importância que vejam o Conselho como um coletivo e não como uma demanda para o poder público, citando o trabalho que a comissão de pobreza menstrual fez em 2023, trazendo para a plenária um projeto de lei bem fundamentado, para ser viabilizado. Thais reforçou que nenhum dos eixos, está completo. A Presidente Ângela Alcântara disse que todas as conselheiras possuem espaços nos grupos para participar, sendo aberto para ouvintes também. A Presidente Ângela Alcântara solicitou que as Conselheiras trouxeram ideias na próxima reunião para a programação do Outubro Rosa. Nada mais havendo a tratar, a Presidente Ângela Alcântara encerrou a reunião às vinte horas e vinte e cinco minutos, agradecendo a participação de todas. Essa reunião foi gravada e encaminhada para a Secretária Executiva transcrevê-la em ata, pois a mesma não estava presente à reunião por motivos de saúde na família. Essa ata segue lavrada e assinada pela, Vice-Presidente Thais Justen e pela Presidente, Ângela Alcântara.

Thais Justen
Vice-Presidente do COMDIM

Ângela Alcântara
Presidente do COMDIM